


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA de Araraquara
FORO DE ARARAQUARA
6ª VARA CÍVEL

RUA DOS LIBANESES, 1998, ARARAQUARA - SP - CEP 14801-425
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1012669-98.2016.8.26.0037**
Classe - Assunto: **Demarcação / Divisão - Alteração de Coisa Comum**
Requerente: **Ezido dos Santos Joaquim**
Requerido: **Maria Conceição Aparecida Ferreira**

Juiz de Direito: Dr. **João Roberto Casali da Silva**

Vistos.

-

Trata-se de ação de **EXTINÇÃO DE CONDOMÍNIO c.c. COBRANÇA DE ALUGUÉIS e DANOS MATERIAIS** ajuizada por **EZIDO DOS SANTOS JOAQUIM** contra **MARIA CONCEIÇÃO APARECIDA FERREIRA**, sob o fundamento de que, em leilão judicial, adquiriu 50% da propriedade do imóvel situado na Rua Afonso Ianelli, n.º 45, Pq. Alvorada, nesta cidade, melhor descrito na peça inicial. Após a arrematação do bem, realizou o pagamento do IPTU em atraso. Alega, ainda, que a acionada reside no imóvel sem efetuar o pagamento referente a sua cota parte do IPTU, bem como sem pagar qualquer quantia a título aluguel em favor do autor. Desta forma, pugnou pela procedência da ação para condenar a acionada ao ressarcimento do valor correspondente a 50% do valor pago para quitar a dívida do IPTU, bem como ao pagamento de aluguel em favor do autor. Por fim, requer a extinção do condomínio com a consequente alienação do imóvel.

Citada, a requerida apresentou contestação rebatendo as alegações iniciais. Aduz que possuiu direito de habitação sobre o imóvel objeto do presente feito.

Ante a possibilidade de composição entre as partes, foi designada audiência de conciliação, a qual restou frutífera, conforme termo de audiência de págs. 196/197.

É o breve relatório.
DECIDO.

Homologo, por sentença, para que produza seus regulares efeitos, o acordo a que chegaram as partes (págs. 196/197) e, em consequência, julgo extinto o processo, com resolução do mérito, nos termos do artigo 487, inciso III, "b", do Código de Processo Civil.

P.R.I.

Araraquara, 07 de agosto de 2018.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**